

Ampliação e melhoria do serviço público passam pela valorização do servidor

Depois de passar pelo último governo que tentou privatizar serviços públicos essenciais como saúde, educação e a soberania do país na exploração do petróleo e gás, entre outros, mas que conseguiu vender a Eletrobras abaixo do preço, levando prejuízos imensuráveis à população, os servidores públicos enfrentam ainda a tentativa de desmonte da carreira e do não reconhecimento de direitos que têm todo trabalhador e trabalhadora.

Por tantas tentativas de destruição do serviço público oferecido à população, os servidores de todas as esferas federal, estadual e municipal, elencaram três bandeiras de luta fundamentais para a categoria: a valorização profissional, a regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já assinada pelo Brasil e pelo enterro definitivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 32, da reforma Administrativa, que privatiza os serviços públicos.

Embora a PEC, depois de muita luta dos servidores públicos, não tenha sido ainda votada pelo Congresso Nacional, o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PL-AL), não desistiu de pautar a proposta. Por isso que é muito importante que a população saiba as graves consequências se o texto for aprovado pelo Congresso, formada em sua grande maioria, por conservadores e neoliberais econômicos.

O secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo, acredita que se a categoria conseguir pressionar até o mês de agosto, é possível que a reforma não seja votada, pois este é um ano eleitoral e Lira deixará o cargo no ano que vem. No entanto, é preciso se manter firme na luta contra a PEC.

Já a presidenta da Confederação dos Trabalhadores no Serviço



Público Municipal (Confetam/CUT), Jucélia Vargas, que representa aproximadamente 1,4 milhões de trabalhadores reunidos em 842 sindicatos filiados, afirma que a PEC 32 significa a destruição do serviço público com menos saúde, menos escola, menos postinho, menos vacina, menos remédio.

A dirigente prossegue afirmando que a luta dos servidores deve ser também a luta da população que precisa de saúde, segurança pública e educação e outros serviços.

Segundo ela, a PEC 32 abre caminho para a terceirização do funcionalismo público, prejudicando ainda mais a população.

O secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo, reforça que quando se tem tragédias como as causadas pelas chuvas no Rio Grande do Sul e a pandemia da Covid-19, os serviços públicos são os primeiros a serem solicitados.

A dirigente prossegue contando porque os servidores são tão contra essa reforma administrativa.

Direitos das servidoras e servidores

Exatamente por prestarem um serviço essencial em prol da população que os servidores e servidoras querem ter o direito de se organiza-

rem em sindicatos como os demais trabalhadores e trabalhadoras. Para que isso de fato aconteça é preciso que o país regule a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo governo brasileiro em 2010. A Convenção 151 assegura aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público nas esferas municipal, estadual e federal do Brasil, o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva.

Hoje o servidor público não tem direito à negociação coletiva; ela só existe quando há vontade política do governo e, por isso eles não têm direito à data-base, dissídio coletivo e outros direitos negociados, como ocorrem com os trabalhadores da iniciativa privada.

A dirigente da CNTSS faz um retrospecto de como a luta pelo direito de organização dos servidores é longa e árdua. Ela conta que até 1988, os funcionários públicos não tinham direito à sindicalização, era proibido se organizarem e, somente a partir da Constituição de 1988, que foi assegurado o direito à sindicalização. No entanto, esse direito não foi regulamentado.

O secretário-geral da Condsef está otimista de que a convenção 151 da OIT seja regulamentada ainda este ano, depois de três décadas de espeta.

Ministro da Educação: "Na próxima semana, vamos levar uma nova proposta aos servidores

O governo deve apresentar uma nova proposta de reajuste e reestruturação de carreiras aos servidores da educação. A decisão, explicitada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, na quinta-feira (9), se dá em meio à greve de docentes e técnicos administrativos das instituições federais de ensino, que não aceitam a última proposta apresentada na Mesa de Negociação, de reajuste zero este ano.

"Estive discutindo uma nova proposta para ser apresentada na próxima semana e que a gente espera que possa chegar num consenso com transparência, com diálogo, reconhecendo o valor dos servidores da educação federal nesse país. Então, esperamos que a gente possa superar, até porque isso é um prejuízo para os alunos, para a academia, e a gente espera que a gente possa, após uma semana, chegar a um acordo e retornarmos aí as atividades nas unidades que foram suspensas", disse o ministro.

A retomada da negociação é feita também após declaração do presidente Lula, que, na última terça-feira (7) afirmou que o governo apresentará uma nova proposta ao servidores em greve.

A greve, iniciada em abril, mobiliza servidores de mais de 50 universidades e institutos de ensino no país. A categoria reivindica recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32% e reestruturação das

carreiras. Os servidores da Educação também cobram a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

Sobre a nova proposta, ainda não há informações sobre o que será oferecido aos servidores, mas o próprio ministro da Educação fez questão de lembrar que os servidores federais estão há seis anos sem reajuste.

"No primeiro ano [2023] do governo do presidente Lula foi dado um reajuste de 9%, que foi o dobro da inflação do ano passado. Abriu-se as mesas de negociações porque não é só uma questão salarial, os técnicos administrativos também reivindicam a revisão da carreira dos servidores", destacou o ministro em cerimônia em Pernambuco, para oficializar a adesão do Estado ao programa de incentivo financeiro-educacional Pé-de-Meia.

As Mesas de Negociações entre os servidores e governo estão sendo conduzidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, comandado pela ministra Esther Dweck, mas o ministro Camilo Santana disse que tem se colocado à disposição por entender "a necessidade de valorizar o papel dos servidores das universida-

des e institutos federais".

"Lamento a greve, porque ela é quando não tem diálogo, mas o nosso governo sempre esteve aberto ao diálogo e esperamos superar esse momento, porque isso prejudica os estudantes e o calendário escolar", disse.

A presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pernambuco (Adufepe), Teresa Lopes, considerou que uma nova negociação é um gesto positivo do governo. "Nós queremos chegar a uma negociação. A fala do ministro é muito importante no sentido de entender que recompor o orçamento das universidades e recompor o nosso salário, é um processo de valorização da educação no Brasil", afirmou Teresa Lopes.

Hora do Povo

Solidariedade é a melhor Ação!

A solidariedade continua: UFMA agora é ponto de arrecadação!

Sua doação pode fazer a diferença, fortalecendo a nossa rede de apoio. Junte-se a nós e ajude a serenar vidas

#UFMA comRS

SEMPRE+

YouTube X f @ flickr @ufmaoficial